

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício findo de 2023, a BEC DTVM registrou lucro líquido de R\$ 4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 66 milhões e ativos totais de R\$ 69 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria		
	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022
Ativo						
Disponibilidades	4	478	470			
Instrumentos Financeiros.....		68.176	63.460			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	68.174	63.457			
Outros Instrumentos Financeiros Ativos		2	3			
Créditos Tributários	14c	2	-			
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(2)	(2)			
Total do Ativo		68.654	63.928			
		As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.				
Passivo						
Provisões para Contingências		6	5			
Outros Passivos		8	2.610		2.288	
Total do Passivo		2.615	2.288			
Patrimônio Líquido						
Capital Social		9a	34.200		32.200	
Reservas de Lucros		9b	31.839		29.440	
Total do Patrimônio Líquido		66.039	61.640			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		68.654	63.928			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	5b	3.935	8.020	6.909	Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.200	-	931	-	57.760	
Resultado da Intermediação Financeira.....		3.935	8.020	6.909	Aumento de Capital com Reservas	1.000	-	(1.000)	-	-	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		(283)	(619)	(421)	Lucro Líquido.....	-	-	-	3.917	3.917	
Despesas Administrativas.....	10	(85)	(177)	(151)	Destinações: - Reservas.....	-	196	3.684	(3.880)	-	
Despesas Tributárias.....	11	(198)	(395)	(343)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(37)	(37)	
Outras Receitas Operacionais.....	12	-	-	73	Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	32.200	-	1.127	28.313	- 61.640	
Outras Despesas Operacionais.....	13	-	(47)	-	Aumento de Capital com Reservas	2.000	-	(2.000)	-	-	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		3.652	7.401	6.488	Lucro Líquido.....	-	-	-	4.441	4.441	
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	14a e 14b	(1.427)	(2.960)	(2.571)	Destinações: - Reservas.....	-	222	4.177	(4.399)	-	
Lucro Líquido		2.225	4.441	3.917	- Dividendos Propostos	-	-	-	(42)	(42)	
Lucro Básico por Lote de mil Cotas em R\$		65,07	129,87	125,55	Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	34.200	-	1.349	30.490	- 66.039	
		As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.									
					Saldos em 30 de junho de 2023	32.200	2.000	1.258	28.397	- 63.855	
					Aumento de Capital com Reservas	2.000	(2.000)	-	-	-	
					Lucro Líquido.....	-	-	-	2.225	2.225	
					Destinações: - Reservas.....	-	111	2.093	(2.204)	-	
					- Dividendos Propostos	-	-	-	(21)	(21)	
					Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	32.200	-	1.349	30.490	- 66.039	
		As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.									

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro Líquido do Período.....		2.225	4.441	3.917
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado.....		-	-	-
Itens que não podem ser Reclassificados para o Resultado.....		-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício		2.225	4.441	3.917
		As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, e contemplam a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da BEC DTVM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números deste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da BEC DTVM.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para os quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade da perda.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

i) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional.....	478	470
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	478	470

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023		2022	
	1 a 180 dias	181 a 360 dias	Total	2022
Aplicações no mercado aberto:	-	68.174	68.174	-
Debêntures	-	68.174	68.174	-
Total em 31 de dezembro de 2023	-	68.174	68.174	-
%	-	100,0	100,0	-
Total em 31 de dezembro de 2022	-	63.457	63.457	-
%	-	100,0	100,0	-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil					
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.653	7.401	6.488		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	5	(73)		
Outros	-	5	(73)		
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3.653	7.406	6.415		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(3.190)	(4.717)	(63.457)		
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	58.347		
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	24	-	-		
(Aumento)/Redução em Outros Passivos.....	3	3	(883)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(219)	(2.647)	(241)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	271	45	181		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:					
Dividendos Pagos.....	-	(37)	(12)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento.....	-	(37)	(12)		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	271	8	169		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	207	470	301		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	478	478	470		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	271	8	169		
	As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.653	7.401	6.488
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	5	(73)
Outros	-	5	(73)
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3.653	7.406	6.415
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(3.190)	(4.717)	(63.457)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	-	-	58.347
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	24	-	-
(Aumento)/Redução em Outros Passivos.....	3	3	(883)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(219)	(2.647)	(241)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	271	45	181
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos Pagos.....	-	(37)	(12)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento.....	-	(37)	(12)
Aumento/(

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Contribuição à Cofins	157	321	276
Impostos e taxas	15	22	22
Contribuição ao PIS	26	52	45
Total	198	395	343

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Reversão de provisão	-	-	73
Total	-	-	73

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Atualizações monetárias passivas	-	42	-
Provisões passivas	-	5	-
Total	-	47	-

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.652	7.401	6.488
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.461)	(2.960)	(2.595)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(14)	(17)	(26)
Outros valores	48	17	50
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.427)	(2.960)	(2.571)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.427)	(2.962)	(2.542)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	-	(2)	(29)
Total dos impostos diferidos	-	(2)	(29)
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.427)	(2.960)	(2.571)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	Constituição	Realização/ Baixa	2023
Outras provisões	-	2	-	2
Total dos créditos tributários	-	2	-	2

15) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indefini- do	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes a caixa	478	-	-	-	-	478
Instrumentos financeiros	2	-	68.174	-	-	68.176
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	68.174	-	-	68.174
Outros instrumentos financeiros ativos	2	-	-	-	-	2
Crédito tributário	-	1	1	-	-	2
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(2)	(2)
Total em 31 de dezembro de 2023	480	1	68.175	-	(2)	68.654
Total em 31 de dezembro de 2022	470	-	63.457	-	1	63.928
Passivo						
Provisões	-	-	-	5	-	5
Outras provisões	-	-	-	5	-	5
Outros passivos	53	2.515	42	-	-	2.610
Total do passivo	53	2.515	42	5	-	2.615
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	66.039	66.039
Total em 31 de dezembro de 2023	53	2.515	42	5	66.039	68.654
Total em 31 de dezembro de 2022	50	2.201	37	-	61.640	63.928

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e Administradores da

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Ativos:		
Disponibilidades (1)	478	470
Passivos:		
Dividendos a pagar (2)	42	37

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BERJ S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios-cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil no exercício de 2023 foi de R\$ 4.441 mil, (R\$ 3.917 mil em 31 de dezembro de 2022), sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

d) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 4 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

e) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Andrévison Viana de Souza
Contador - CRC 1SP278582/O-4

segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini

Contador CRC 1SP-296875/O-4



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 11/03/2024. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leioes-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2302-CC41-D6E5-914E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2302-CC41-D6E5-914E



Hash do Documento

E3727A6589169BE3D6A5BA6CB2437ABCA13C5E94768947BCACF78AE0B6CEADA0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 01/03/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24





Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de leasing e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento de veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e leasing, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 18.538 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 977 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No exercício, o Bradesco Financiamentos registrou prejuízo líquido de R\$ (60) milhões, patrimônio líquido de R\$ 1.121 milhões e ativos totais de R\$ 61.578 milhões. A política de dividendos da instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Instituição possui participação societária nas empresas BF Promotora de Vendas Ltda. e Banco Bradesco Europa S.A.

Em 28 de abril de 2023, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de cisão parcial do Patrimônio Líquido do Banco Losango, parcela cindida que foi incorporada ao Bradesco Financiamentos S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária em 31 de janeiro de 2023.

O Bradesco Financiamentos contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Passivo			
Ativo	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	
Disponibilidades	4	59	51	Depósitos e demais instrumentos financeiros		57.683.010	54.705.008
Instrumentos financeiros		57.614.444	54.358.397	Recursos de Instituições Financeiras.....	13a	57.467.959	54.531.370
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5a	2.077.986	1.644.357	Outros Passivos Financeiros.....	14	215.051	173.638
Títulos e Valores Mobiliários.....	6a	127.309	112.448	Provisões		1.617.082	1.501.566
Operações de Crédito.....	7a	50.334.757	48.860.324	Outras Provisões.....		1.617.082	1.501.566
Outros Instrumentos Financeiros.....	8	5.074.392	3.741.268	Impostos Diferidos	15	890.673	782.943
Operações de Arrendamento Mercantil	7	402.035	345.349	Outros Passivos	17	265.980	350.212
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(2.701.347)	(1.907.899)	Total do Passivo		60.456.745	57.359.729
Operações de Crédito.....		(2.697.652)	(1.904.533)				
Operações de Arrendamento Mercantil.....		(3.695)	(3.366)	Patrimônio Líquido	18		
Créditos Tributários	27	2.849.677	1.812.692	Capital Social.....		640.216	419.300
Investimentos em Coligadas e Controladas	9	2.517.102	2.339.084	Reservas de Lucros.....		477.577	658.610
Imobilizado de uso	10	26.237	17.645	Outros Resultados Abrangentes.....		3.684	(16.298)
Intangível.....	11	230.498	183.081	Total do Patrimônio Líquido		1.121.477	1.061.612
Depreciações e Amortizações		(149.638)	(123.096)				
Imobilizado de uso.....	10	(11.680)	(9.264)				
Intangível.....	11	(137.958)	(113.832)				
Outros Ativos	12	888.714	1.444.150				
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(99.559)	(68.113)				
Total do Ativo		61.578.222	58.401.341	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		61.578.222	58.401.341

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022	
Receitas da Intermediação Financeira		5.223.185	10.155.799	9.246.224		(38.275)	(60.333)	898.377
Operações de Crédito.....	7	5.102.298	10.072.722	8.258.436		17.156	19.982	(7.315)
Operações de Arrendamento Mercantil.....	7	30.849	50.336	49.840		17.156	19.982	(7.315)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6e	139.160	281.644	938.448		-	100	222
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....		(49.122)	(248.963)	-		37	100	222
Despesas da Intermediação Financeira		(3.260.470)	(6.421.619)	(4.795.786)		17.119	19.882	(7.537)
Operações de Captações no Mercado.....	13b	(3.260.470)	(6.421.619)	(4.795.786)		17.156	19.982	(7.315)
Resultado da Intermediação Financeira		1.962.715	3.734.180	4.450.438		(21.119)	(40.351)	891.062
Despesa de Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.202.322)	(2.293.305)	(1.538.623)				
- Operações de Crédito.....		(1.202.488)	(2.291.302)	(1.539.386)				
- Operações de Arrendamento Mercantil.....		486	(338)	1.814				
- Outros Créditos.....		(320)	(1.665)	(1.051)				
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		760.393	1.440.875	2.911.815				
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(894.785)	(1.662.828)	(1.677.908)				
Receitas de Prestação de Serviços.....	19	179.236	330.526	369.468				
Despesas de Pessoal.....	20	(188.330)	(378.378)	(401.416)				
Outras Despesas Administrativas.....	21	(395.679)	(769.710)	(603.415)				
Despesas Tributárias.....	22	(115.053)	(208.584)	(213.645)				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	9	69.887	159.283	161.253				
Outras Receitas Operacionais.....	23	457.726	820.652	405.630				
Outras Despesas Operacionais.....	24	(636.095)	(1.208.255)	(1.354.659)				
Reversões (Despesas) de Provisões		(266.477)	(408.362)	(411.244)				
- Trabalhistas.....	16	(17.585)	(27.952)	(12.027)				
- Fiscais.....	16	-	-	47.567				
- Cíveis.....	16	(256.225)	(396.361)	(96.413)				
- Outras.....	25	7.333	15.951	19.749				
Resultado Operacional		(134.392)	(221.953)	1.233.907				
Resultado Não Operacional		(99.749)	(180.676)	(65.477)				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(234.141)	(402.629)	1.168.430				
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	27	195.866	342.296	(270.053)				
Lucro (Prejuízo) Líquido		(38.275)	(60.333)	898.377				
Lucro (Prejuízo) por Lote de mil Ações em R\$		(1,41)	(2,23)	36,33				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Aumento de		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	
	Capital Social	Capital a Integralizar	Legal	Estatutária	Acumulados	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.009.600	-	923.956	3.504.120	(8.983)	11.428.693
Redução do Capital.....	(7.514.256)	-	-	-	-	(7.514.256)
Aumento de Capital.....	923.956	-	(923.956)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(7.315)	(7.315)
Dividendos Pagos com Reservas.....	-	-	-	(3.504.120)	-	(3.504.120)
Juros sobre o Capital Provisoriamente.....	-	-	-	-	(239.767)	(239.767)
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	898.377	898.377
Destinações: - Reservas.....	-	-	44.919	613.691	(658.610)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	419.300	-	44.919	613.691	(16.298)	1.061.612
Aumento de Capital por Cisão.....	100.216	-	-	-	-	100.216
Aumento de Capital.....	120.700	-	-	(120.700)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	19.982	19.982
Prejuízo Líquido.....	-	-	-	-	(60.333)	(60.333)
Destinações: - Absorção de Prejuízos Acumulados com Reservas.....	-	-	-	(60.333)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	640.216	-	44.919	432.658	3.684	1.121.477
Saldo em 30 de junho de 2023	519.516	120.700	44.919	492.991	(13.472)	1.142.596
Aumento de Capital.....	120.700	(120.700)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	17.156	17.156
Prejuízo Líquido.....	-	-	-	-	(38.275)	(38.275)
Destinações: - Absorção de Prejuízos Acumulados com Reservas.....	-	-	-	(60.333)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	640.216	-	44.919	432.658	3.684	1.121.477

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(234.141)	(402.629)	1.168.430
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido antes dos Impostos	1.597.820	2.913.303	1.646.465
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	327.306	528.557	135.574
Depreciação e Amortização.....	119.394	228.865	169.351
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(69.887)	(159.283)	(161.253)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.202.322	2.293.305	1.538.623
Provisão (Reversão) para Perdas com Prestamistas.....	(10.541)	(21.078)	(25.660)
Constituições de Provisões para Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.....	69.239	133.696	57.608
Superveniência de Depreciação.....	(40.013)	(90.129)	(67.778)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(1.569.796)	(1.872.664)	2.848.821
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(84.738)	(344.076)	(405.456)
- Títulos e Valores Mobiliários.....	(7.489)	(14.860)	12.308.690
- Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.....	(1.673.205)	(1.784.427)	(9.028.623)
- Outros Instrumentos Financeiros.....	(239.412)	(335.636)	(195.151)
- Outros Ativos.....	435.048	606.335	169.361
Redução (Aumento) nas Variações em Passivos	11.363	(414.911)	2.785.692
- Recursos de Instituição Financeira.....	316.892	(891.34)	3.395.202
- Outros Passivos Financeiros.....	47	(1.924)	(350.046)
- Outras Provisões.....	(264.380)	(511.936)	13.235
- Outros Passivos.....	33.691	396.876	98.073
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(74.887)	(208.793)	(370.772)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais	(194.754)	223.099	8.449.408
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(5.917)	(6.811)	(1.771)
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	-	-	(7.315)
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	17.156	19.982	(7.315)
Aquisição de Intangível.....	(17.080)	(42.523)	(59.717)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(5.841)	(29.352)	(48.803)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	-	(3.961.420)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(203.802)	-
Redução de Capital.....	-	-	(7.514.256)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(203.802)	(11.475.676)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(200.595)	(10.055)	(3.075.071)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	984.918	794.378	3.869.449
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	784.323	784.323	794.378
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(200.595)	(10.055)	(3.075.071)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
1) CONTEXTO OPERACIONAL			
O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição) é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.			
O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.			
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).			
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.			
As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.			
Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.			
Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada a cisão parcial do Patrimônio Líquido do Banco Losango, parcela cindida para o Banco Bradesco Financiamentos S.A., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial". A cisão ocorreu em 28 de abril de 2022, utilizando como base os Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de dezembro de 2022 pelas sociedades envolvidas. Demonstramos abaixo os ativos e passivos cindidos do Banco Losango S.A., que foram incorporados ao Banco Bradesco Financiamentos S.A. com data base de 31 de dezembro de 2022.			

	R\$ mil
Ativo	
Disponibilidades	18.176
Instrumentos financeiros	3.578.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....</	

continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* die.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2023	2022			
Aplicações no mercado aberto:					
Posição bancada:					
Letras financeiras do tesouro	776.892	-	-	-	776.892
Subtotal	776.892	-	-	-	776.892
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.063	106.825	128.336	1.003.870	1.301.094
Subtotal	62.063	106.825	128.336	1.003.870	1.301.094
Em 31 de dezembro de 2023	838.955	106.825	128.336	1.003.870	2.077.986
%	40,3%	5,3%	6,2%	48,3%	100,0%
Em 31 de dezembro de 2022	795.858	87.523	46.629	714.347	1.644.357
%	48,4%	5,3%	2,8%	43,5%	100,0%

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	55.565	116.502
Subtotal	55.565	116.502
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	76.174	150.465
Total (Nota 6e)	131.739	266.967

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira por emissor

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2023	2022			
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	109.400	109.400	109.457	57
Letras financeiras do tesouro	-	109.400	109.400	109.457	57
Títulos privados	17.909	-	17.909	17.909	-
Cotas de Fundos de Investimentos renda fixa	17.909	-	17.909	14.665	15.883
Total geral	17.909	109.400	127.309	127.366	57

b) Classificação da carteira por emissor

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2023	2022			
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação	17.909	-	17.909	17.909	-
Cotas de Fundos de Investimentos renda fixa	17.909	-	17.909	14.665	15.883
Títulos disponíveis para venda	-	109.400	109.400	109.457	57
Letras financeiras do tesouro	-	109.400	109.400	109.457	57
Total geral	17.909	109.400	127.309	127.366	57

(1) Total valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2023	2022			
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Carteira própria	17.909	-	17.909	17.909	-
Título de renda fixa	17.909	-	17.909	14.665	15.883
Letras financeiras do tesouro	-	109.400	109.400	109.457	57
Cotas de Fundos de Investimento renda fixa	-	109.400	109.400	109.457	57
Títulos vinculados	-	-	-	-	-
A prestação de garantias	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-
Total geral	17.909	109.400	127.309	127.366	57
%	14,1%	85,9%			100,0%

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Bradesco Financiamentos não operou com instrumentos financeiros derivativos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	131.739	266.967
Títulos de renda fixa	7.421	14.677
Total	139.160	281.644

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos e títulos descontados	16.833	6.053.946	2.436.594	168.015	133.835	114.296	65.543	73.689	345.250	9.408.001
Financiamentos	32.468.220	2.304.933	1.835.963	1.344.428	789.544	475.980	330.292	273.298	1.104.098	40.296.756
Subtotal	32.485.053	8.358.879	4.272.557	1.512.443	923.379	590.276	395.835	346.987	1.449.348	50.334.757
Operações de arrendamento mercantil	334.324	39.227	20.522	3.402	806	3.667	-	87	402.035	345.349
Subtotal	32.819.377	8.398.106	4.293.079	1.515.845	924.185	590.276	399.502	346.987	1.449.435	50.736.792
Outros créditos	22.855	765.051	142.082	80.316	14.665	12.187	9.458	41.318	1.112.002	15.883
Subtotal	32.842.230	9.164.157	4.435.161	1.596.161	947.259	604.939	411.689	356.445	1.490.753	51.848.794
Avais e fianças	476	-	-	-	-	65	-	-	541	541
Total em 31 de dezembro de 2023	32.842.706	4.435.161	1.596.161	1.596.161	947.259	605.004	411.689	356.445	1.490.753	51.849.335
Total em 31 de dezembro de 2022	28.328.447	5.795.580	10.358.208	1.873.745	946.536	507.690	305.696	264.190	826.122	49.206.214

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Curso normal	32.842.231	9.164.158	3.440.982	549.579	248.660	109.009	41.952	25.098	92.508	46.514.177
Parcelas vencidas	32.659.600	9.134.609	3.431.776	544.232	246.005	107.895	41.629	24.791	91.075	46.291.612
1 a 30	1.415.878	365.605	95.798	22.562	10.932	4.339	1.323	848	3.664	1.920.949
31 a 60	1.446.440	341.625	91.670	20.600	9.811	4.109	1.348	853	3.585	1.920.041
61 a 90	1.429.579	329.559	87.576	20.811	9.721	4.202	1.384	952	3.573	1.887.357
91 a 180	3.925.538	912.532	261.288	59.335	27.277	12.074	4.125	2.689	9.787	5.214.645
181 a 360	6.955.655	1.528.489	479.101	102.202	46.577	21.034	7.496	4.704	16.579	9.161.837
Acima de 360	17.496.510	5.656.799	2.416.343	318.722	141.687	62.137	25.953	14.745	53.887	26.186.783
Vencidas até 14 dias	172.631	29.549	9.206	5.247	2.655	1.114	323	307	1.433	222.565
Curso anormal	-	-	994.179	1.046.581	698.600	495.929	369.739	331.346	1.398.245	5.334.617
Parcelas vencidas	-	-	63.278	113.795	98.426	91.857	92.771	514.325	1.079.828	661.494
1 a 14	-	-	5.926	26.355	15.355	9.161	6.733	5.314	21.445	90.289
15 a 30	-	-	45.046	21.935	13.960	9.858	6.436	5.750	24.795	127.780
31 a 60	-	-	12.306	51.434	29.817	20.423	13.555	11.272	47.218	186.026
61 a 90	-	-	-	10.299	19.693	11.321	14.662	11.321	46.959	132.046
91 a 180	-	-	-	3.772	17.132	31.116	35.667	38.981	144.405	271.073
181 a 360	-	-	-	-	8.175	14.804	20.133	20.133	210.365	253.477
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	19.138	19.138
Parcelas vencidas	-	-	930.901	932.786	593.224	397.503	277.881	238.575	883.919	4.254.789
1 a 30	-	-	46.987	46.498	18.120	12.743	10.758	43.951	206.145	144.085
31 a 60	-	-	44.170	43.780	26.133	17.572	12.660	11.228	42.653	198.196
61 a 90	-	-	42.785	42.126	25.434	17.116	12.826	10.103	40.831	191.221
91 a 180	-	-	119.971	115.439	69.582	46.535	32.578	27.174	111.380	522.659
181 a 360	-	-	203.122	198.639	120.627	80.555	56.681	47.606	190.339	898.169
Acima de 360	-	-	473.866	486.304	324.360	217.605	150.393	131.706	454.165	2.238.399
Total geral	32.842.230	9.164.158	4.435.160	1.596.160	947.261	604.938	411.691	356.444	1.490.753	51.848.794
Provisão mínima requerida	-	45.821	44.352	47.885	94.726	181.482	205.845	249.511	1.490.753	2.360.375
Provisão complementar	18.559	20.443	59.029	33.811	52.514	61.908	39.552	55.158	-	340.974
Provisão existente	18.559	66.264	103.381	81.696	147.240	243.390	245.396	304.669	1.490.753	2.701.348
Total da carteira em 31 de dezembro de 2022	28.327.971	5.795.580	10.358.208	1.873.745	946.471	507.690	305.696	264.190	826.122	49.205.673
Provisão mínima requerida	-	28.978	103.582	56.322	94.697	152.306	152.848	184.932	826.122	1.599.627
Provisão complementar	-	34.396	159.875	15.065	34.797	18.104	10.767	35.278	-	308.272
Provisão existente	-	63.364	263.457	71.277	129.444	170.410	163.615	220.210	826.122	1.907.899

l - Segregação de prazo por operação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de		

continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2023	2022
Provisão específica (1)	1.300.862	908.087
Provisão genérica (2)	298.765	288.431
Provisão complementar (3)	308.272	279.598
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.907.899	1.476.116
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.293.305	1.538.623
Baixas para prejuízo	(1.499.857)	(1.106.840)
Saldo final em 31 de dezembro	2.701.347	1.907.899
Provisão específica (1)	2.075.034	1.300.862
Provisão genérica (2)	285.340	298.765
Provisão complementar (3)	340.973	308.272
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	201.140	224.576

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7b); e

(4) Classificadas em receitas de operações de crédito.

9) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

a) Composição dos investimentos nas demonstrações financeiras

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.516.638	2.338.282
Banco Bradesco Europa S.A.	464	802
Total	2.517.102	2.339.084

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuída (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
			Ações	Cotas			2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro	
								2023	2022
Ramo financeiro:									
Banco Bradesco Europa S.A.	1.497.527	1.710.374	1	-	0,03%	88.785	(3)	25	33
Outras atividades:									
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.426.220	2.517.469	-	2.426.220	100,00%	159.305	2	159.305	161.273
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(47)	(53)
Total de investimentos							69.887	159.283	161.253

10) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		Custo líquido de depreciação	
				2023	2022	2023	2022
				Instalações, móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	9.795	(4.930)
Sistemas de processamento de dados	20%	15.361	(6.037)	(55)	9.269	4.471	
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	1.081	(713)	(26)	342	262	
Total em 31 de dezembro de 2023		26.237	(11.680)	(81)	14.476	8.381	
Total em 31 de dezembro de 2022		17.645	(9.264)				

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		Custo líquido de depreciação	
				2023	2022	2023	2022
				Software	20%	227.077	(135.813)
Acordos operacionais		3.421	(2.145)	(120)	1.156	1.857	
Total em 31 de dezembro de 2023		230.498	(137.958)	(120)	92.420	69.249	
Total em 31 de dezembro de 2022		183.081	(113.832)				

12) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Tributos antecipados	526.711	1.216.456
Outros valores e bens (Nota 12a)	275.571	207.433
Devedores diversos	77.532	14.800
Relações interfinanceiras e interdependências	5.055	3.025
Outros	3.845	2.436
Total	888.714	1.444.150

a) Outros valores e bens

I - Ativos não financeiros mantidos para venda/outras

	Custo	Provisões para desvalorizações	Custo líquido de provisão	
			2023	2022
			Veículos e afins	230.669
Outros	3.365	(822)	2.543	195
Total em 31 de dezembro de 2023	234.034	(99.358)	134.676	98.743
Total em 31 de dezembro de 2022	166.132	(67.389)		

II - Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Taxas de registros de contratos	35.604	34.635
Comissões sobre financiamentos	5.933	6.666
Total	41.537	41.301

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2023		2022		2023		2022
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	1.979.844	1.919.453	1.779.591	5.263.997	9.059.637	37.465.437	54.531.370
Total	1.979.844	1.919.453	1.779.591	5.263.997	9.059.637	37.465.437	54.531.370

b) Despesa de operações de captações no mercado aberto

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023
	Depósitos interfinanceiros	3.260.470
Total	3.260.470	6.421.619

14) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Relações interfinanceiras e interdependências	215.051	173.638
Total	215.051	173.638

15) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Provisão para contingências	1.487.574	1.380.744
Provisão para pagamentos a efetuar	129.508	120.822
Total	1.617.082	1.501.566

16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco Financiamentos não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A principal tese é:

- PIS e Cofins - R\$ 527.245 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 495.875 mil): pleiteia calcular e reverter o PIS e o Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Em 4 de novembro de 2022, o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, qual esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

IV - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2023	242.018	602.085	496.199
Atualização monetária	36.110	35.940	32.077
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	28.088	396.361	(20)
Saldo adquirido por cisão	64.806	27.066	12.827
Pagamentos	(14.396)	(516.960)	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	356.625	544.493	541.031

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam, em 31 de dezembro de 2023 R\$ 300.304 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 302.186 mil) para os processos cíveis e R\$ 5.433.076 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.944.905 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Cofins, relativa aos anos-bases 1999 a 2001, ação rescisória questionando à extensão e o alcance da coisa julgada favorável ao Banco que excluiu da Base de Cálculo da Cofins as Receitas Financeiras (conceito de faturamento para Banco), no montante de R\$ 3.352.670 mil;
- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, relativa aos anos-bases de 2001 a 2005, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 685.163 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 647.356 mil);
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa aos anos-bases de 2008 a 2010, lançada sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no montante de R\$ 634.680 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 595.021 mil); e
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa aos anos-bases de 2009 a 2016, referente à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 449.587 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 571.381 mil).

h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Arrendamentos financeiros a receber	218.721	173.801
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(217.673)	(173.079)
Bens arrendados financeiros e perdas em arrendamentos (líquidas)	690.740	560.361
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros	(25.159)	(13.713)
- Depreciações acumuladas	(350.191)	(248.711)
- Superveniência de depreciação	325.032	234.998
Valor residual garantido antecipado	(264.594)	(202.021)
Total do valor presente	402.035	345.349

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Devedores por depósitos em garantia	3.956.850	3.730.461
Títulos e previdenciárias	1.114.045	-
Pagamentos a ressarcir	3.492	7.672
Outros	5	3.135
Total	5.074.392	3.741.268

(1) Inclui Operações de CDC e Empréstimos Pessoal.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Empresas		
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.516.638	2.338.282
Banco Bradesco Europa S.A.	464	802
Total	2.517.102	2.339.084

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuída (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
			Ações	Cotas			2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro	
								2023	2022
Ramo financeiro:									
Banco Bradesco Europa S.A.	1.497.527	1.710.374	1	-	0,03%	88.785	(3)	25	33
Outras atividades:									
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.426.220	2.517.469	-	2.426.220	100,00%	159.305	2	159.305	161.273
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(47)	(53)
Total de investimentos							69.887	159.283	161.253

17) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Credores diversos	206.481	101.481
Fiscais e previdenciárias	46.155	29.935
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	13.344	14.993
Sociais e estatutárias	-	203.803
Total	265.980	<

continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

26) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Resultado na alienação e baixa de valores e bens	(30.510)	(46.980)	(7.870)
Constituição de provisões não operacionais (1)	(69.239)	(133.696)	(57.607)
Total	(99.749)	(180.676)	(65.477)

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(234.141)	(402.629)	1.168.430
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	105.363	181.183	(525.794)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e de controle compartilhado	31.439	71.677	72.564
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	23.778	54.251	43.092
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	107.895
Outros valores	35.286	35.185	32.190
Imposto de renda e contribuição social do período	195.866	342.296	(270.053)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(98.467)	(171.781)	(143.553)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	294.333	514.077	(120.540)
Utilização de saldos iniciais de:			
Prejuízo fiscal	-	-	(5.960)
Total dos ativos fiscais diferidos	294.333	514.077	(126.500)
Imposto de renda e contribuição social do período	195.866	342.296	(270.053)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2022	Saldo de cisão	Constituição	Realização	2023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.143.120	291.825	891.533	(275.020)	2.051.458
Provisões civis	270.938	12.180	232.842	(270.938)	245.022
Provisões fiscais	223.226	5.772	14.640	(2.059)	241.579
Provisões trabalhistas	108.908	29.163	31.610	(9.200)	160.481
Provisão para desvalorização de bens não de uso	30.325	157	44.237	(30.325)	44.394
Ágio amortizado	443	-	-	-	443
Impairment de títulos e investimentos	93	-	54	(93)	54
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	41	-	7	(1)	47
Outros	35.490	76.163	26.700	(32.180)	106.173
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.812.584	415.260	1.241.623	(619.816)	2.849.651
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	108	-	-	(82)	26
Total dos créditos tributários	1.812.692	415.260	1.241.623	(619.898)	2.849.677
Obrigações fiscais diferidas (Nota 27e)	782.943	-	120.244	(12.514)	890.673
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.029.749	415.260	1.121.379	(607.384)	1.959.004

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
2024	696.958	557.523	1.254.481	
2025	342.840	274.255	617.095	
2026	111.439	89.145	200.584	
2027	43.283	34.624	77.907	
2028	209.325	167.454	376.779	
2029	35	28	63	
2030	134.444	107.198	241.642	
2033	45.055	36.045	81.100	
Total	1.583.379	1.266.272	2.849.651	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis. A partir do ano calendário 2025, foram contempladas as novas regras de perdas incorridas no recebimento de créditos, instituídas pela Lei nº 14.467/2022. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco Bradesco S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.639.271 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.615.606 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários do Banco Bradesco Financiamentos foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	Constituição	Realização	2023
Superveniência de depreciação	58.750	26.778	(4.270)	81.258
Atualização de depósitos judiciais	724.193	93.466	(8.244)	809.415
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias (Nota 27c)	782.943	120.244	(12.514)	890.673

28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas		Pessoa-chave da Administração	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos:						
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.077.986	1.644.357	-	-	-	-
Operações de crédito	-	-	-	-	937	243
Passivos:						
Depósitos interfinanceiros	57.467.959	54.531.370	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	203.802	-	-	-	-

	2º semestre de 2023 - R\$ mil					
	Controlador		Coligadas e Controladas		Pessoa-chave da Administração	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas de intermediação financeira	131.739	-	-	-	-	131.739
Despesas de intermediação financeira (Nota 13b)	(3.260.470)	-	-	-	-	(3.260.470)
Outras despesas	(96.035)	(1.059)	-	-	-	97.094

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas		Pessoa-chave da Administração	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas de intermediação financeira	266.967	257.964	-	-	-	-
Despesas de intermediação financeira (Nota 13b)	(6.421.619)	(4.795.786)	-	-	-	-
Outras despesas	(146.154)	(607)	(30.186)	(15.952)	-	85

(1) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Acionista e aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7g a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.701.347 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating. Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de ratings de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto ao aumento da inadimplência, aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, civis e trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, civis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis nos montantes de R\$ 541.031 mil, R\$ 544.493 mil e R\$ 356.625 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2023.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.

Para 2023, foi determinado o valor máximo de R\$ 9.550 mil (2022 - R\$ 12.900 mil) para remuneração dos Administradores, sendo que, parte deste refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Instituição e de R\$ 4.800 mil (2022 - R\$ 5.200 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	4.308	6.700	6.783
Total	4.308	6.700	6.783

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.800	7.184	5.200
Total	4.800	7.184	5.200

O Bradesco Financiamentos não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

29) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	59	-	-	-	-	59
Instrumentos financeiros	6.906.323	10.528.351	10.103.762	30.076.000	-	57.614.444
Aplicações interfinanceiras de liquidez	838.955	106.825	128.336	1.003.878	-	2.077.986
Títulos e valores mobiliários	17.909	-	-	109.400	-	127.309
Operações de crédito	2.434.453	10.063.171	9.701.988	28.135.145	-	50.334.757
Outros instrumentos financeiros	3.615.006	358.355	273.438	827.593	-	5.074.392
Operações de arrendamento mercantil	19.389	76.104	84.866	221.676	-	402.035
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(805.168)	(405.757)	(399.570)	(1.090.852)	-	(2.701.347)
Operações de crédito	(805.033)	(405.352)	(398.946)	(1.088.321)	-	(2.697.652)
Operações de arrendamento mercantil	(135)	(405)	(624)	(2.531)	-	(3.695)
Créditos tributários	-	626.931	626.927	1.595.819	-	2.849.677
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	2.517.102	2.517.102
Intangível	122	606	728	13.101	-	14.557
Outros ativos	771	3.856	4.627	83.286	-	92.540
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	446.226	9.774	140.416	292.298	-	888.714
Total em 31 de dezembro de 2023	6.468.163	10.839.865	10.561.756	31.191.336	2.517.102	61.578.222
Total em 31 de dezembro de 2022	5.985.729	9.092.523	9.465.079	31.518.746	2.339.264	58.401.341
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	2.173.997	8.963.450	9.060.649	37.484.914	-	57.683.010
Recursos de instituições financeiras	1.979.844	8.963.041	9.059.637	37.465.437	-	57.467.959
Outros passivos financeiros	194.153	409	1.012	19.477		

...continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SPCláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4DCD-2A9C-9108-9EB6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4DCD-2A9C-9108-9EB6



Hash do Documento

C89F7524959490386785B4C6C64883812B8FB1F365E2409A5F797EDF7C42BC6A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 01/03/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BEM DTVM atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros. Em 31 de dezembro de 2023, possuía sob sua administração fiduciária R\$ 496.777 milhões, distribuídos em 2.983 Fundos e clubes de investimento, atendendo um total de 133.959 cotistas.

No exercício de 2023, a BEM DTVM registrou lucro líquido de R\$ 37 milhões, patrimônio líquido de R\$ 210 milhões e ativos totais de R\$ 239 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Em 19 de julho de 2023, o Bacen homologou o Instrumento Particular de Alteração do contrato Social de 28 abril de 2023 que deliberou o aumento de Capital Social de R\$ 16 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Estatutária", com a criação de 16 milhões de cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, que foram atribuídas ao sócio-cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do sócio-cotista Banco Bradesco S.A.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	1.892	2	Instrumentos Financeiros		2.083	13.084
Instrumentos Financeiros		227.523	208.239	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	7	2.083	13.084
Títulos e Valores Mobiliários	5a	227.522	208.238	Provisões		7.003	6.922
Outros Instrumentos Financeiros Ativos		1	1	Outros Passivos	10	20.240	15.619
Créditos Tributários	17c	512	461	Total do Passivo		29.326	35.625
Outros Ativos	6	9.314	10.263	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	11a e 11b	98.000	82.000
				Reservas de Lucros	11c	111.915	101.340
Total do Ativo		239.241	218.965	Total do Patrimônio Líquido		209.915	183.340
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		239.241	218.965

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		15.038	31.415	25.286
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5b	15.038	31.415	25.286
Resultado da Intermediação Financeira		15.038	31.415	25.286
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		9.899	23.329	28.582
Receita de Prestação de Serviços	12	58.591	111.164	127.130
Despesas Administrativas	13	(39.732)	(73.714)	(87.629)
Despesas Tributárias	14	(7.197)	(12.029)	(10.965)
Outras Receitas Operacionais	15	23	52	161
Outras Despesas Operacionais	16	(1.731)	(2.019)	(29)
Despesas com Outras Provisões		(55)	(125)	(86)
Resultado Operacional		24.937	54.744	53.868
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		24.937	54.744	53.868
Imposto de Renda e Contribuição Social	17a e 17b	(5.852)	(17.819)	(21.465)
Lucro Líquido		19.085	36.925	32.403
Lucro Básico por Lote de mil Cotas em R\$	11e	194,75	376,79	432,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro Líquido do Período	19.085	36.925	32.403
Resultado Abrangente do Período	19.085	36.925	32.403

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	24.937	54.744	53.868
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	61	136	97
Atualização Monetária de Processos Fiscais	6	11	11
Provisões Operacionais	55	125	86
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	24.998	54.880	53.965
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	738	949	(725)
Outros Ativos	738	949	(725)
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	(30.252)	(34.347)	(115.879)
Outros Instrumentos Financeiros Passivos	(24.132)	(11.001)	(98.044)
Outras Provisões	35	(55)	703
Outros Passivos	(1.884)	(2.252)	129
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.271)	(21.039)	(18.667)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(4.516)	21.482	(62.639)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos Pagos	-	(308)	(225)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(308)	(225)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.516)	21.174	(62.864)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	233.930	208.240	271.104
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	229.414	229.414	208.240
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.516)	21.174	(62.864)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e mantidos até o vencimento em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, é registrada na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 ("MP"), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticidade certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma possível saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

i - Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações em bolsas, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores em nome dos clientes; e

Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com ativos financeiros de renda fixa e renda variável, pendentes de liquidação na data do balanço.

j) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Eventos						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	70.000	-	7.037	74.208	-	151.245
Aumento de Capital com Reservas	12.000	-	-	(12.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	32.403	32.403
Destinações: - Reservas	-	-	1.620	30.475	(32.095)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(308)	(308)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82.000	-	8.657	92.683	-	183.340
Aumento de Capital com Reservas	16.000	-	-	(16.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	36.925	36.925
Destinações: - Reservas	-	-	1.846	34.729	(36.575)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(350)	(350)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	98.000	-	10.503	101.412	-	209.915
Saldos em 30 de junho de 2023	82.000	16.000	9.549	93.462	-	201.011
Aumento de Capital com Reservas	16.000	(16.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	19.085	19.085
Destinações: - Reservas	-	-	954	17.950	(18.904)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(181)	(181)
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	98.000	-	10.503	101.412	-	209.915

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Disponibilidades em moeda nacional	1.892	2
Total de disponibilidades (caixa)	1.892	2
Cotas de Fundos de investimentos (1)	227.522	208.238
Total de caixa e equivalentes de caixa	229.414	208.240

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira por categoria

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023	2022	2023	2022
Carteira própria - títulos para negociação:				
Cotas de Fundos de investimentos (2)	227.522	227.522	208.238	208.238
Total geral	227.522	227.522	208.238	208.238

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(2) Montante aplicado em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	15.038	31.415	25.286
Total	15.038	31.415	25.286

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

6) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Taxas de administração de fundos a receber	8.896	9.262
Impostos e contribuições a compensar	378	454
Devedores por depósitos em garantia	40	547
Total	9.314	10.263

7) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

...continuação



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios-Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício de 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido.....	36.925	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(1.846)	
Base de cálculo.....	35.079	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2023.....	350	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022.....	308	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação à base de cálculo.

Em 21 de dezembro de 2023, foram deliberados juros sobre o capital próprio de R\$ 10.000 mil, conforme deliberado em Ata da Reunião da Diretoria realizada em 20 de dezembro de 2023, que serão pagos até 31 de dezembro de 2024.

e) Lucro básico por cota

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade total de cotas.

O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	Nº de cotas em circulação	Fração	Nº de cotas proporcional em circulação
Número de cotas no início do período.....	82.000.000	7/12	47.833.333
Número de cotas após o aumento de capital (Nota 11b).....	98.000.000	5/12	40.833.333
Média ponderada de cotas no período.....			88.666.666
Lucro líquido do período em R\$ mil.....			36.925
Lucro básico por cota.....			0,42

12) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Administração de Fundos de investimento.....	55.679	105.577	121.622
Outras.....	2.912	5.587	5.508
Total.....	58.591	111.164	127.130

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Serviços de terceiros (1).....	39.019	72.543	86.457
Serviços técnicos especializados.....	447	831	521
Serviços do sistema financeiro.....	42	73	69
Publicações.....	23	47	54
Doações.....	-	-	162
Outras.....	201	220	366
Total.....	39.732	73.714	87.629

(1) Contratação de agentes autônomos para distribuição de cotas.

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Contribuição à Cofins.....	2.945	5.703	6.097
Impostos e taxas.....	2.601	3.176	1.335
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	1.172	2.223	2.543
Contribuição ao PIS.....	479	927	990
Total.....	7.197	12.029	10.965

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas financeiras.....	23	52	161
Total.....	23	52	161

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Despesas com juros e multas.....	1.725	2.008	16
Atualizações de contingências fiscais.....	6	11	11
Outras.....	-	-	2
Total.....	1.731	2.019	29

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	24.937	54.744	53.868
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e).....	(9.975)	(21.898)	(21.547)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(80)	(88)	(211)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	4.000	4.000	-
Outros valores.....	203	167	293
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(5.852)	(17.819)	(21.465)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(5.910)	(17.885)	(21.439)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias.....	58	66	(26)
Total dos impostos diferidos.....	58	66	(26)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(5.852)	(17.819)	(21.465)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisões fiscais.....	115	5	-	120
Provisão para publicação e outras provisões.....	346	68	(22)	392
Total dos créditos tributários.....	461	73	(22)	512
Obrigações fiscais diferidas (Nota 17e).....	15	-	(15)	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	446	73	(7)	512

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil			
	Diferenças temporárias		Contribuição social	
	de renda			Total
2024.....	12	7		19
2030.....	308	185		493
Total.....	320	192		512

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM DTVM em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 412 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 419 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BEM DTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2022	Constituição	Realização	2023
Atualização de depósitos judiciais.....	15	-	(15)	-
Total dos impostos diferidos (Nota 17c).....	15	-	(15)	-

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Controlador Indireto (1)		Controlador Direto (2)	
	2023	2022	2023	2022
Ativos:				
Disponibilidades.....	1.892	2	-	-
Passivos:				
Dividendos a pagar.....	-	-	350	308
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	8.500	-

(1) Controlador indireto - Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto - Banco BBI S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios-Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

19) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades.....	1.892	-	-	-	-	1.892
Instrumentos financeiros	227.522	-	-	-	1	227.523
Instrumentos financeiros	227.522	-	-	-	-	227.522
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	1	1
Outros instrumentos financeiros.....	-	-	-	493	-	493
Créditos tributários.....	-	-	-	-	-	-
Outros ativos.....	9.314	-	-	-	-	9.314
Total em 31 de dezembro de 2023.....	238.728	-	-	493	1	239.241
Total em 31 de dezembro de 2022.....	218.502	-	43	43	376	218.965
Passivo						
Instrumentos financeiros	2.083	-	-	-	-	2.083
Outros instrumentos financeiros.....	2.083	-	-	-	-	2.083
Provisões.....	5.733	46	-	1.224	-	7.003
Outras provisões.....	5.733	46	-	1.224	-	7.003
Outros passivos.....	1.137	19.103	-	-	-	20.240
Total do passivo.....	8.953	19.149	-	1.224	-	29.326
Patrimônio líquido.....	-	-	-	-	209.915	209.915
Total em 31 de dezembro de 2023.....	8.953	19.149	-	1.224	209.915	239.241
Total em 31 de dezembro de 2022.....	20.947	13.266	308	1.104	183.340	218.965

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

No exercício de 2023 o resultado contábil da Instituição foi de R\$ 36.925 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

No exercício de 2022 o resultado contábil da Instituição foi de R\$ 32.403 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O BACEN ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

d) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Geane Braga de Melo

Contadora - CRC 1SP273494/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takahashi

Contador CRC 1SP-206103/O-4

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/14D1-6314-8A27-6D89> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 14D1-6314-8A27-6D89



Hash do Documento

82014397802349707327BC2844951454B06D030C48CAA3D1082491F1F0C44CE1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 01/03/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Vijay 5 Participações S.A.

(em consolidação) Ata Assembleia Geral de Constituição

Ans 09 de fevereiro de 2021, às 10h, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904, reuniram-se em Assembleia Geral com a finalidade de constituir uma sociedade anônima denominada "VIJAY 5 PARTICIPAÇÕES S.A.", a totalidade dos fundadores e subscritores do capital inicial, conforme se verifica no "Boletim de Subscrição" anexo, a saber:

- Luiz Antônio Maciel, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº MG-3.189.887 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 680.754.726-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904; e **- Rubia Silva Passos Fernandez**, brasileira, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG6325828 - SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 029.013.126-08 residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904, verificada a existência de qualquer legal, pela presença unânime dos fundadores, instalou-se a Assembleia Geral e assumiu a presidência o Sr. **Luiz Antônio Maciel**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº MG-3.189.887 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 680.754.726-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904, servindo como secretário o Sr. **Claudinei dos Santos Chagas**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.897.556-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 365.641.458-12 e na OAB/SP sob o nº 371.697, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904. O Presidente dos trabalhos, após declarar instalada a Assembleia, esclareceu que sua finalidade era a de constituir uma sociedade anônima denominada "**Vijay 5 Participações S.A.**", com prazo de duração indeterminado, com capital inicial de R\$ 200,00 (duzentos reais) dividido em 200 (duzentas) ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, tendo por objeto a participação, como sócia, acionista ou quotista, de outras sociedades não-financeiras, e/ou empreendimentos comerciais (6462-0/00). Em seguida, o Presidente propôs que, em conformidade com o que dispõe o artigo 80, itens I, II e III da Lei 6.404/76 e suas alterações, fosse realizada a integralização, em dinheiro, neste ato, de 10% (dez por cento) das ações subscritas, mediante depósito efetuado no Banco do Brasil no valor de R\$ 20 (vinte reais), em nome dos subscritores e a favor da Companhia, conforme recibo que fará parte integrante desta ata como Anexo 3, na forma da legislação pertinente, devendo a realização dos restantes 90% (noveenta por cento) ser efetuada no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, em dinheiro ou bens, de acordo com as chamadas da Diretoria. Ao continuar, o Presidente solicitou ao Secretário que lesse o Boletim de Subscrição da totalidade do capital social, bem como o projeto de seu Estatuto Social, documentos estes que foram devidamente rubricados pela mesa e que passam a integrar a presente ata, como seus Anexos 1 e 2. Colocado em votação o projeto de Estatuto Social (anexo 2), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos fundadores. Em vista da aprovação do Estatuto e da subscrição de seu capital, declarou o Presidente constituída a sociedade anônima "VIJAY 5 PARTICIPAÇÕES S.A.", com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904, e determinou que se processasse à eleição dos membros que irão compor a Diretoria da Companhia. A Assembleia, após votação, elegeu para membros da Diretoria, com mandato de 3 (três) anos a contar da data da eleição, sendo permitida a sua reeleição, nos termos do estatuto social, os senhores **Luiz Antônio Maciel**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº MG-3.189.887 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 680.754.726-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904 como Diretor Presidente e **Rubia Silva Passos Fernandez**, brasileira, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG6325828 - SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 029.013.126-08 residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904 como Diretora sem designação específica. Os Diretores e Administradores ora eleitos foram, em seguida, investidos em seus cargos. Perante a todos os presentes, os nomeados e eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer quaisquer das funções relativas à sociedade empresária, nem tão pouco qualquer ato pertencente à administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Foi aprovada a destinação da verba global de até R\$ 1.000,00 (mil reais) para a remuneração dos administradores durante o exercício de 2021, devendo ser observados os limites impostos pela Lei nº 6.404/76. Em seguida, deliberou a Assembleia incumbir a Diretoria a praticarem todos os atos necessários à formalização da constituição e legalização da Sociedade, principalmente quanto aos registros nos órgãos competentes e arquivamento desta Ata na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Todas as deliberações foram tomadas pela unanimidade dos fundadores. Nada mais havendo a tratar, o Presidente suspendeu os trabalhos enquanto era lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi firmada por todos os presentes. **Luiz Antônio Maciel** - Presidente da Mesa; **Claudinei dos Santos Chagas** - Secretário. Acionistas: **Luiz Antônio Maciel**, **Rubia Silva Passos Fernandez**, **Diretores Eleitos: Luiz Antônio Maciel**, **Rubia Silva Passos Fernandez**, **Advogado responsável: Claudinei dos Santos Chagas** - OAB/SP nº 371.697. **JUCESP** nº 3530057046-4 em 09/06/2021. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral. Anexo II - "Vijay 5 Participações S.A." **Estatuto Social** - **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:** Artigo 1º - A Vijay 5 Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto a participação, como sócia, acionista ou quotista, de outras sociedades não-financeiras, e/ou empreendimentos comerciais (6462-0/00). Artigo 3º - A Companhia tem foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 158, 22º andar, cj. 221, parte, Centro, 01008-904. Parágrafo Único - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social é de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo dividido em 200 (duzentas) ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - O capital subscrito será integralizado de acordo com a legislação vigente e conforme for estabelecido pela Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto. Artigo 6º - A Companhia poderá, a qualquer tempo, criar novas classes de ações ordinárias, bem como ações preferenciais, resgatáveis ou não, sem direito a voto, com preferências ou vantagens e respeito ao regime de paridade estabelecido na legislação em vigor. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho, ou, na sua ausência, pelo Diretor Presidente, ou, na ausência de ambos, por quem a Assembleia Geral indicar. O Presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. Artigo 8º - As seguintes matérias exigem voto favorável de acionistas representando a maioria do capital social para serem aprovadas: (i) alteração de qualquer cláusula do Estatuto Social; (ii) aumento ou redução do capital social; (iii) criação de quaisquer novas classes ou séries de ações; (iv) resgate ou recompra de ações pela Companhia; (v) alteração do plano de negócios anual da Companhia; (vi) modificação do objeto social e condução de qualquer atividade que seja fundamentalmente distinta daquela exercida correntemente pela Companhia e suas subsidiárias; (vii) fusão, cisão ou incorporação da Companhia, transferência, venda ou aquisição de ativos substanciais fora do curso normal da atividade exercida pela Companhia, ou liquidação, dissolução ou término da Companhia; (viii) definição ou alteração no plano de distribuição de dividendos; (ix) declaração de dividendos especiais ou de liquidação ou distribuição de dividendos; (x) eleição e destituição do Conselho de Administração; (xi) substituição da empresa indenizada e/ou de aquisição; e (xii) outorga de garantias pela Companhia e a constituição de ônus sobre bens integrantes de seu ativo. **Capítulo IV - Administração:** Artigo 9º - A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 10 - Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos completos e a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 11 - Os administradores perceberão remuneração fixa e, se for o caso, participação no lucro da Companhia, cujos montantes globais estabelecidos pela Assembleia Geral serão distribuídos entre os administradores em reunião do Conselho específica para tal fim, pela maioria dos seus membros, com observância dos limites e condições legais, sendo que a eventual acumulação de cargos não importará na acumulação de remuneração. **Capítulo V - Do Conselho de Administração:** Artigo 12 - A Companhia não terá Conselho de Administração. **Capítulo VI - Da Diretoria:** Artigo 13 - A Diretoria da Sociedade compor-se-á de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, podendo ter designação específica ou não, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos. Artigo 14 - Os Diretores, serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, tendo os membros substitutos mandato pelo tempo que restava ao membro substituído. Artigo 15 - Compete à Diretoria, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral, a competência do Conselho de Administração e as disposições do Regimento Interno da Sociedade, bem como: (i) a gestão da Sociedade; (ii) admitir e demitir empregados, fixar os níveis de remuneração do pessoal, criar e extinguir cargos; (iii) transigir, renunciar, desistiu, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir e alienar bens imóveis; (iv) conceder avais, fianças ou outras garantias; (v) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Sociedade; (vi) orientar e supervisionar a escrituração contábil da Sociedade; (vii) elaborar o Relatório de Administração, contas e demonstrações financeiras da Sociedade, para apreciação pelo Conselho de Administração e posterior deliberação da Assembleia Geral; (viii) deliberar sobre a abertura, manutenção e fechamento de sucursais, filiais, agências, escritórios, consórcios, subsidiárias ou sociedades controladas, dependências ou departamentos da Sociedade no País e no exterior; (ix) deliberar sobre todas as matérias que são de competência privativa da Assembleia Geral ou de competência do Conselho de Administração; e (x) constituir sociedades controladas, sociedades de propósito específico, ou subsidiárias integradas; adquirir participação societária ou subscrever ações ou quotas em sociedades de propósito específico. Artigo 16 - No caso de haver Diretor Presidente, competirá a este, além das atribuições próprias de seu cargo: (i) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria, mantendo permanente coordenação da atuação dos demais Diretores e tratando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Sociedade; (ii) executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, se existente; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) constituir, em conjunto com outro Diretor, procuradores; e (v) especificar, supervisionar e coordenar as atividades dos demais Diretores. Parágrafo Único - Compete aos demais Diretores exercerem as atribuições decorrentes da própria denominação do cargo. Artigo 17 - As reuniões da Diretoria são precedidas de convocação de todos os seus componentes pelo Diretor Presidente e serão realizadas com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, e as suas deliberações são tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. Artigo 18 - Excluído conforme disposto neste Estatuto Social, a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, será exercida por pelo menos 2 (dois) Diretores em conjunto ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos e, ou por 2 (dois) procuradores com poderes específicos e específicos. Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores da Sociedade e não poderão ter prazo superior a 1 (um) ano, salvo aqueles para fins judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato conterão uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Sociedade. Artigo 19 - A Sociedade deverá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Sociedade; (iii) na assinatura de correspondências sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Sociedade; (v) na representação da Sociedade nas Assembleias Gerais de suas Controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; e (vi) na representação da Sociedade em juízo. **Capítulo VII - Conselho Fiscal:** Artigo 20 - A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente composto de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) suplente, com as atribuições previstas em lei. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes, fixar sua remuneração e determinar a duração do seu mandato. **Capítulo VIII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros:** Artigo 21 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 22 - Os dividendos mínimos serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, considerando-se antes, os prejuízos acumulados e provisionada a reserva legal e outras obrigatórias pela legislação societária vigente à época da distribuição, cabendo à Assembleia Geral decidir sobre a destinação do saldo remanescente. Artigo 23 - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo de sessenta dias, contados da data em que forem aprovados e, em qualquer caso, dentro do exercício social seguinte. Artigo 24 - Os acionistas ou seus representantes terão o direito de receber e dispor de relatórios financeiros e operacionais customeiros da Companhia, incluindo demonstrações financeiras não auditadas mensais e trimestrais, demonstrações financeiras auditadas anuais, orçamentos anuais e planos financeiros. **Capítulo IX - Transformação:** Artigo 25 - A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima, assegurado o direito de retrato aos acionistas dissidentes. **Capítulo X - Liquidação:** Artigo 26 - A Companhia se dissolve e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, ficando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo XI - Disposições Finais:** Artigo 27 - Os atos isolados de qualquer acionista, membro do Conselho de Administração, se existente, Diretor, empregado ou procurador, que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do escopo previsto no objeto social, bem como a prestação de garantias ou contra-garantias em favor de sociedades coligadas ou controladas pela Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias, são expressamente proibidos e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos com relação à Companhia, exceto aquelas expressamente previstas neste Estatuto Social. Artigo 28 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que prescreva a Lei 6.404/76. (Espaço intencionalmente deixado em branco) **Luiz Antônio Maciel** - Presidente da Mesa; **Claudinei dos Santos Chagas** - Secretário. Acionistas: **Luiz Antônio Maciel**, **Rubia Silva Passos Fernandez**, **Diretores Eleitos: Luiz Antônio Maciel**, **Rubia Silva Passos Fernandez**; **Advogado responsável: Claudinei dos Santos Chagas** - OAB/SP nº 371.697.

Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ 51.597.231/0001-65 - NIRE 35300620348

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 24 de Janeiro de 2024

Data, Hora e Local. No dia 24 de janeiro de 2024, às 10h00, de modo exclusivamente digital, por meio do acesso na plataforma de videoconferência "Microsoft Teams". **Convocação.** Dispensada as formalidades de convocação em razão da presença de acionistas da Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia") representando 100% (cem por cento) do capital social, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.s"). **Publicações.** As demonstrações financeiras foram publicadas no dia 23 de janeiro de 2024 na página 06 do Jornal "O Dia", nos termos do art. 133, § 4º, da LSA. **Presenças.** Presentes acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) do capital social. Presentes também os seguintes membros da administração: Srs. Fernando Corrette Marques e Roberto Corrette Marques, além do Sr. Itacir Alves Nascimento, Diretor de Controladoria da Companhia. **Mesa.** Presidente: Itacir Alves Nascimento; e Secretária: Mônica Nunes Teixeira Pinto. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre as seguintes matérias: (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (II) destinação sobre o lucro líquido e distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **Deliberações.** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, pela unanimidade dos acionistas presentes, o quanto segue: (I) tomar as contas dos administradores, aprovar, integralmente, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (II) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 19.567.331,82 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos). Deste montante, serão destinados (a) R\$ 978.366,59 (novecentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) à reserva legal da Companhia, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme estabelecido no art. 17, caput, do Estatuto Social da Companhia; e (b) R\$ 18.588.965,23 (dezoito milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) a distribuição a título de dividendos. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A. Após, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Itacir Alves Nascimento, Secretária: Mônica Nunes Teixeira Pinto. Acionistas Presentes: **Robferma Administração e Participação Ltda.** (Roberto Corrette Marques e Fernando Corrette Marques); **MJP - Administração e Participações Ltda.** (p. Mônica Nunes Teixeira Pinto); **AFP Participações Ltda.** (Paulo Cesar Marques Pinto e Andrea Marques Pinto); e **Cleide Marques Pinto** (p. Marcos Monteiro Schroeder). São Paulo, 24 de janeiro de 2024. **Mesa:** **Itacir Alves Nascimento** - Presidente; **Mônica Nunes Teixeira Pinto** - Secretária. **Acionistas:** 01. **Robferma Administração e Participação Ltda.** - Roberto Corrette Marques e Fernando Corrette Marques; 02. **MJP - Administração e Participações Ltda.** - p. Mônica Nunes Teixeira Pinto; 03. **AFP Participações Ltda.** - Paulo Cesar Marques Pinto e Andrea Marques Pinto; 04. **Cleide Marques Pinto** - p. Marcos Monteiro Schroeder. **JUCESP** nº 61.523/24-5 em 22/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IMARIBO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 76.486.463/0001-77 - NIRE 41300011999-1

EDITAL DE CONVOCÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Imaribo S/A – Indústria e Comércio**, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária/ AGE a ser realizada às 9h00 da dia 07/03/2024 na sede social da Companhia localizada na Rua Alfred Nobel, 635 CIC Curitiba/PR, a fim de retificar erro material que constou na área declinada da Matrícula no 23.729 da 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Curitiba nos anexos III – 3.1 item 41 do Protocolo e Justificação de Incorporação da Agro Florestal Ibiaci S.A pela Imaribo – Consultoria Participações e Empreendimentos Ltda e IV – 3.1 item 41 do Protocolo e Justificação de Incorporação da Imaribo – Consultoria Participações e Empreendimentos Ltda, pela Companhia Imaribo S/A Indústria e Comércio, integrantes da 54ª Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Imaribo S.A Indústria e Comércio realizada em 27.08.2015 e registrada perante a JUCEPAR sob o nº 20155389912. Curitiba, 27 de fevereiro de 2024

Paulo Roberto Fizani - Diretor Superintendente

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF 26.051.817/0001-82 - NIRE 35.300.494.776

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Dezembro de 2023

I. Data, Horário e Local: no dia 06 de dezembro de 2023, às 14:00 horas, na sede social da Polo Films Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 300, 11º andar, Sala Polo I, Vila Nova Capão, CEP 04543-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme permitido pelo Parágrafo Terceiro do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **III. Composição da Mesa:** Presidente: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira; Secretário: Fernando Silveira de Moraes. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do art. 15º do Estatuto Social da Companhia, sobre: a) Apresentação, pela diretoria, das premissas e exposição do orçamento previsto para o ano de 2024; b) Aprovação do orçamento para o ano de 2024. **V. Deliberações:** Aberta a sessão, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a lavratura da presente ata na forma de sumário. Ato subsequente, os membros do Conselho de Administração da Companhia debateram acerca dos itens constantes da Ordem do Dia, tendo deliberado: a) Com relação ao item "a" da Ordem do Dia não havia matéria a ser deliberada. b) Com relação ao item "b", os Conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, o orçamento para o ano de 2024, cujo detalhamento encontra-se arquivado na sede da Companhia. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, foi assinada pelos presentes. **VII. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Nelson da Silva Cardoso de Oliveira; Secretário - Fernando Silveira de Moraes. Conselheiros: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira (Presidente do Conselho de Administração), Paulo Souza Queiroz Figueiredo (Conselheiro) e Marko Jovicvic (Conselheiro). São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **JUCESP** nº 62.652/24-2 em 08/02/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral.



BIOMM S.A.

CNPJ nº 04.752.991/0001-10 - NIRE nº 31.300.016.510

Companhia Aberta

Edital de Convocação

BIOMM Ficam convocados os senhores acionistas da **Biom S.A. ("Companhia"** ou "**Biom**") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 25 de março de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (I) Deliberar sobre a consignação do novo capital social da Companhia, homologado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 5 de outubro de 2023 e em 6 de fevereiro de 2024; (II) Deliberar sobre a alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social, de modo a refletir o novo capital social; (III) Deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado da Companhia; (IV) Deliberar sobre a alteração da redação do caput do artigo 6º do Estatuto Social, de modo a refletir a alteração do limite do capital autorizado da Companhia; e (V) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações dos itens (II) e (IV) acima. Para a AGE, a Companhia não disponibilizará aos seus acionistas o direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Na forma da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, toda a documentação pertinente às matérias da ordem do dia encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (www.biomm.com), no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Nova Lima/MG, 1º de março de 2024.

Claúdio Luiz Lottenberg - Presidente do Conselho de Administração



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4E2D-544F-343B-A751> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4E2D-544F-343B-A751



Hash do Documento

07996FC4BCB0E1ADBBDF2B9422F132D6D7D85963A25445A73E62C1C87EF34D1C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 01/03/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Vamcruz Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 21.514.543/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais					Demonstração dos fluxos de caixa						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante		2.767	2.962	30.416	26.540		3.392	(5.807)	10.880	28	
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	198	998	7.313	4.844	Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Contas a receber	2.2.4	-	-	13.405	10.018	Aplicações/resgates) Títulos e valores mobiliários				15	4.990 (7.770)
Contas a receber - Partes relacionadas		-	-	151	1.319	Aquisições/baixas de imobilizado	2.3.1	-	-	-	(1.044) (140)
Impostos a recuperar		535	800	1.650	1.483	Aquisições/baixas de intangível	2.3.2	(787)	(840)	(787)	(840)
Dividendos - Partes relacionadas a receber	5.1.1	866	-	-	-	Dividendos recebidos	5.1.1	-	1.200	-	-
Outros ativos		1.168	1.164	7.897	9.076	(Aumento)Redução em investimentos		(50)	-	-	-
Não circulante		266.686	263.066	489.590	493.890	Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimento		(837)	375	3.159	(8.750)
Depósitos judiciais		-	-	149	-	Fluxos de caixa de atividades de financiamento					
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	-	-	124.703	114.670	Mínus - Partes relacionadas		-	505	-	-
Investimento	2.3.3	259.880	257.047	-	-	Passivo de arrendamentos	2.2.7	-	-	-	(1.205) (1.067)
Imobilizado	2.3.1	-	-	346.627	361.228	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	-	-	(18.843) (18.841)
Intangível	2.3.2	6.806	6.019	18.111	17.992	Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades de investimento		(837)	375	3.159	(8.750)
Total do ativo		269.453	266.028	520.006	519.430						
Passivo		2023	2022	2023	2022						
Circulante		885	45	72.728	74.924						
Fornecedores		76	16	5.100	4.874						
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	6	17	17.858	17.858						
Obrigações fiscais e trabalhistas		3	2	1.003	1.195						
Dividendos - Partes relacionadas a pagar	5.1.1	805	-	805	-						
Penalidades contratuais	2.2.8	-	-	44.926	51.110						
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1.1	1	27	286	320						
Passivo de arrendamentos	2.2.7	-	-	31	25						
Outras obrigações		-	-	2.719	25						
Não circulante		-	-	178.710	178.523						
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	-	131.000	143.798						
Penalidades contratuais	2.2.8	-	-	32.162	21.918						
Provisões fiscais		-	-	2.038	2.014						
Passivo de arrendamentos	2.2.7	-	-	12.948	10.793						
Obrigações pela desmobilização de ativos		-	-	692	-						
Total do passivo		885	45	251.438	253.447						
Patrimônio líquido	2.4	268.568	265.983	268.568	265.983						
Capital social		262.664	262.664	262.664	262.664						
Reserva legal		1.729	1.559	1.729	1.559						
Reserva de lucro		4.175	1.760	4.175	1.760						
Total do passivo e patrimônio líquido		269.453	266.028	520.006	519.430						

Demonstração dos resultados					Demonstração dos resultados						
Recita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Outras receitas operacionais		2.1.1 (a)	-	960	2.315						
Custos operacionais		2.1.1 (b)	-	(43.689)	(42.972)						
Resultado bruto		-	-	24.200	20.689						
Despesas operacionais		2.1.2	(57)	(69)	(3.470)	(2.822)					
Despesas administrativas											
Outras receitas (despesas)											
Resultado de equivalência patrimonial	2.3.3	3.649	(5.893)	-	-						
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		3.592	(5.892)	20.380	17.763						
Despesas financeiras	2.1.3	(333)	(13)	(24.823)	(29.379)						
Receitas financeiras	2.1.3	133	168	15.323	11.644						
Resultado financeiro líquido		(200)	(507)	(9.500)	(17.735)						
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		3.392	(5.807)	10.880	28						
IR e CS	2.1.4	(2)	(2)	(7.490)	(5.837)						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.390	(5.809)	3.390	(5.809)						

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração dos resultados					Demonstração dos resultados						
Recita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Outras receitas operacionais		2.1.1 (a)	-	960	2.315						
Custos operacionais		2.1.1 (b)	-	(43.689)	(42.972)						
Resultado bruto		-	-	24.200	20.689						
Despesas operacionais		2.1.2	(57)	(69)	(3.470)	(2.822)					
Despesas administrativas											
Outras receitas (despesas)											
Resultado de equivalência patrimonial	2.3.3	3.649	(5.893)	-	-						
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		3.592	(5.892)	20.380	17.763						
Despesas financeiras	2.1.3	(333)	(13)	(24.823)	(29.379)						
Receitas financeiras	2.1.3	133	168	15.323	11.644						
Resultado financeiro líquido		(200)	(507)	(9.500)	(17.735)						
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		3.392	(5.807)	10.880	28						
IR e CS	2.1.4	(2)	(2)	(7.490)	(5.837)						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		3.390	(5.809)	3.390	(5.809)						

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021											
Reserva de lucros exercícios anteriores											
Prejuízo do exercício											
Absorção do prejuízo											
Saldos em 31/12/2022											
Lucro líquido do exercício											
Constituição de reserva legal											
Dividendo mínimo obrigatório											
Lucros retidos a deliberar											
Saldos em 31/12/2023											

1 Contexto, base de preparação e outras informações: Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e informações da Companhia durante o exercício.

1.1 Informações gerais: A Vamcruz Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 13/06/2014, através da Assembleia Geral de Constituição. Integrante do aqui denominado Complexo Vamcruz, por sua vez parte integrante do conglomerado de empresas Vollaia e Eletrobras Chef. A Companhia tem sua sede e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, CEP 04532-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir e fechar filiais, sucursais e estabelecimentos de qualquer natureza, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades e seu prazo de duração é indeterminado. A Companhia participa diretamente na sociedade anônima denominada Vamcruz Participações S.A., possuindo a totalidade do seu capital social de R\$ 253.123, composto pelo número de 253.122.845 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Vamcruz Participações S.A. tem como objetivo social a participação direta e indireta nas sociedades anônimas denominadas Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A., Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A., Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A. e Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A., sociedades as quais a Companhia possui participação indireta. O objetivo das sociedades supramencionadas com participação da Companhia é a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia eólica com previsão de geração de 60.000 MWh cada um dos empreendimentos, cujas demais características estão postas no quadro abaixo:

Sociedade controlada	Tipo de controle	Autorização de início da produção	Nº de ações ordinárias nominativas sem valor nominal	Capital social
Vamcruz Participações S.A.	Direto - 100%	N/A - Trata-se de subholding do Complexo Vamcruz	253.122.845	R\$ 253.123
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 24 MW.	71.397.900	R\$ 73.927
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 24 MW.	62.972.588	R\$ 65.301
Usina de Energia Eólica Caçaira I SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 27 MW.	64.979.407	R\$ 67.308
Usina de Energia Eólica Caçaira II SPE S.A.	Indireto - 100%	Em dezembro de 2015 a ANEEL autorizou o início das operações comerciais com unidades gestoras que totalizam 18 MW.	44.908.957	R\$ 46.418

Capital circulante líquido negativo: Em 31/12/2023, a Companhia apresentou capital circulante negativo no montante de R\$ 42.312, em 31/12/2022, R\$ 40.384. A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para fazer frente a suas obrigações no longo prazo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo. Sendo assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **Autorização da Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A. ("Parque Eólico Junco I"):** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 389 de 02/07/2012 autorizou o Parque Eólico Junco I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco I. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir do início em 12/07/2012 e o término em 03/07/2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Junco I. Em 16/06/2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.296, na qual altera as características técnicas da usina para 24.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 8 unidades geradoras de 3.000 kW cada. A data em que o Parque Eólico Junco I entrou em operação comercial foi 10/12/2015, conforme Despacho Aneel nº 3.981/2015. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Junco I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Federal nº 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.003/1996. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A. com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20/12/2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016. **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31/01/2024. **1.2 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2 Principais informações financeiras**

Consolidado					Consolidado					
Jun-co I	Jun-co II	Jun-ca I	Jun-ca II	Total	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Recita bruta de fornecimento - CCEAR					22.560	21.147	24.993	17.211	85.911	
Recita bruta de fornecimento - ACL					-	-	-	-	-	
Recita bruta de fornecimento - CCEE					132	289	-	232	653	
Recita bruta de fornecimento - CCEE					616	8	249	3	876	
Recita bruta de fornecimento - Geração própria					22	24	39	17	102	
Total de receita bruta					23.312	21.460	25.268	17.449	87.459	
Penalidade - CCEE					(6.308)	(3.663)	(5.063)	(3.145)	(18.179)	
Tributos sobre receita					(621)	(648)	(740)	(522)	(2.531)	
Total de receita operacional, líquida					16.383	17.139	1			

Vamcruz I Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 21.514.543/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.1.(b) Movimentações em 2022

	Consolidado			
	Valor líquido em 2021	Ingressos Baixas	Depreciação/ Baixas	Valor líquido em 2022
Imobilizado em operação	367.911	-	(19.428)	348.483
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	2.168	27	(105)	2.090
Total do imobilizado em operação	367.911	-	(19.428)	348.483
Bens em operação	2.168	27	(105)	2.090
Materiais sobressalentes	100	-	(17)	83
Instalações	32	11	(6)	37
Móveis e utensílios	4	-	(1)	3
Equipamentos de informática	499	130	(88)	541
Máquinas e equipamentos	10.266	(26)	(218)	10.026
Terreno - Direito de uso	10	-	(52)	(35)
Veículo - Direito de uso	13.101	149	(605)	12.745
Total dos bens em operação	13.101	149	(605)	12.745
Total do imobilizado	381.012	-	(19.933)	361.228

2.3.2 Intangível

	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Intangível em operação	16.691	11.472	16.691	11.973
Gastos desenvolvimento	16.691	11.472	16.691	11.973
Software	67	-	67	-
Total do intangível em operação	16.758	11.472	16.758	11.973
Intangível em curso	6.019	6.806	6.019	6.019
Projeto em desenvolvimento	6.019	6.806	6.019	6.019
Total do intangível em curso	6.019	6.806	6.019	6.019
Total do intangível	22.777	18.278	22.777	17.992

2.3.2(a) Movimentações em 2022 e 2023: O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no exercício e em exercícios anteriores, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia elétrica, no município de Serra do Mel/RN antes do início da construção do parque.

	Consolidado			
	Valor líquido em 2021	Ingressos	Amortizacão	Valor líquido em 2022
Intangível em operação	12.639	3	(666)	11.305
Gastos desenvolvimento	12.639	3	(666)	11.305
Software	3	-	(3)	-
Total do intangível em operação	12.642	-	(669)	11.973
Intangível em curso	5.179	840	-	6.019
Projeto em desenvolvimento	5.179	840	-	6.019
Total do intangível em curso	5.179	840	-	6.019
Total do intangível	17.821	840	(669)	17.992

2.3.3 Investimentos. 2.3.3(a) Informações financeiras sobre a controlada direta

	2023		2022		Ativos Totais	Passivos (Circulante e Não Circulante)	Patrimônio Líquido		
	Acções	% Participação	Acções	% Participação					
Companhias	Ordinárias	Ordinárias	Integradas	Capital Social	2023	2022	2023	2022	
Vamcruz Participações S.A.	253.123	253.073	100%	260.753	257.060	873	13	259.880	257.047
Total de investimento	253.123	253.073	100%	260.753	257.060	873	13	259.880	257.047

2.3.3(b) Informações financeiras sobre as controladas indiretas

	2023		2022		Ativos Totais	Passivos (Circulante e Não Circulante)	Patrimônio Líquido		
	Acções	% Participação	Acções	% Participação					
Companhias	Ordinárias	Ordinárias	Integradas	Capital Social	2023	2022	2023	2022	
Vamcruz Participações S.A.	253.123	253.073	100%	260.753	257.060	873	13	259.880	257.047
Total de investimento	253.123	253.073	100%	260.753	257.060	873	13	259.880	257.047

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: O capital social da Companhia a 31/12/2023 e 31/12/2022

em R\$ 262.664 (31/12/2022) - R\$ 262.664) subscrito e integralizado por Envolver Participações S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, representado por 262.663.888 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, e tinha a seguinte distribuição:

	2023		2022		Ativos Totais	Passivos (Circulante e Não Circulante)	Patrimônio Líquido	
	Quantidade	%	Quantidade	%				
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	128.705.306	49%	128.705.306	49%	128.705.306	49%	128.705.306	49%
Envolver Participações S/A	133.958.582	51%	133.958.582	51%	133.958.582	51%	133.958.582	51%
Total	262.663.888	100%	262.663.888	100%	262.663.888	100%	262.663.888	100%

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida Lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá ficar na conta de reserva de retenção de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação. Os contratos de empréstimos assinados com o banco BNDES incluem uma cláusula de Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações, proibindo a distribuição de qualquer tipo de dividendo, excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, até a fim de vigência destes contratos (financiamento com o BNDES iniciado até julho de 2032). A Companhia apresentou prejuízo em 31/12/2022 (R\$ 5.809). Em 31/12/2023 a Companhia apresentou lucro, conforme demonstrado abaixo:

	2023		2022	
	Lucro Líquido apurado no exercício	3.390	Constituição da Reserva Legal - 5%	(170)
Total	3.221	3.221	3.221	3.221

3.1 Estimativas críticas e riscos: Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia a seu desempenho.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Depreciação e amortização do imobilizado e intangível: A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em consideração as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e o valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e, como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização: As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo. Cálculo:

	2023		2022	
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	76	-	-	76
Contas a pagar - Partes relacionadas	1	-	-	1
Total	77	-	-	77

2023

	2023		2022	
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	16	-	-	16
Contas a pagar - Partes relacionadas	27	-	-	27
Total	43	-	-	43

2022

	2022		2021	
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	5.100	286	5.100	286
Partes Relacionadas - Contas a pagar	31	60	120	12.768
Passivo de arrendamentos	44.926	32.162	-	-
Penalidades contratuais	-	-	-	77.088
Total	49.957	32.448	5.220	90.142

2021

	2021		2020	
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	17.400	16.753	50.260	76.785
Fornecedores	4.875	-	-	1.985
Partes Relacionadas - Contas a pagar	320	-	-	320
Passivo de arrendamentos	25	60	120	10.613
Penalidades contratuais	51.109	21.918	-	73.027
Total	18.129	16.813	50.380	89.725

4.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço: A fiscalização do Município de Serra do Mel/RN lavrou auto de infração por suposto não recolhimento de ISSQN relacionado a serviços que estariam incluídos no contrato de fornecimento e instalação de turbinas. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia contra esta intimação. Em 31/12/2023 os consultores jurídicos externos avaliam como risco de perda possível esta causa no montante de R\$ 5.626 para Junho I, R\$ 5.538 para Junho II, R\$ R\$ 5.414 para Caçaira I e R\$ 3.979 para Caçaira II, em 31/12/2022 esse montante foi de R\$ 5.376 para Junho I, R\$ 5.290 para Junho II, R\$ 5.204 para Caçaira I e R\$ 3.801 para Caçaira II. 5.1 Transações com partes relacionadas: A Companhia possui contas a receber e contas a pagar com as empresas do Grupo Vollaia como segue:

	2023		2022	
	Ativo - Dividendos	Passivo - Dividendos	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Contas a pagar
Vamcruz Participações S.A.	866	-	(1)	(27)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf	-	-	394	-
Envolver Participações S.A.	-	-	411	-
Total	866	805	(1)	(27)

Circulante

Vollaia Energia do Brasil Ltda.	-	-	(53)	(226)
Vollaia Serviços do Brasil Ltda.	-	-	(161)	(43)
Vollaia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	151	-	(72)	(119)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf	-	(394)	-	-
Envolver Participações S.A.	-	(411)	-	-
Total	151	(805)	(286)	(320)

Circulante

Vollaia Energia do Brasil Ltda.	-	-	(4.343)	-	(4.123)
Vollaia Serviços do Brasil Ltda.	-	-	(705)	-	(534)
Vollaia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	653	(1.354)	-	584	(641)
Total	653	(1.354)	(5.048)	584	(6.457)

5.2 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Seguros Vigentes para o Complexo de Vamcruz (R\$ Mil)

	Vigência/Seguradora	Valor em Risco	
Todas Controladas	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2023 a 13/12/2024 - SWISS RE	663.942
Principais Controladas	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2022 a 28/11/2024 - AXA SEGUROS	30.000

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados custos parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. São registrados custos de aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/375A-B439-BD63-0EF8> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 375A-B439-BD63-0EF8



Hash do Documento

37D8033CCB7F18AA82D1DC8ECCD3E0BA57C17004693D228E05B41C238055B712

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 01/03/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24



Vamcruz Participações S.A. - CNPJ/MF Nº 21.514.557/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.1.2 Movimentações em 2022

Atribuição	Consolidado			Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Ingressos/Baixas	Depreciação/Baixas	
Imobilizado em operação	367.911	-	(19.428)	348.483
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	367.911	-	(19.428)	348.483
Total do imobilizado em operação	367.911	-	(19.428)	348.483
Bens em operação	2.165	27	(17)	2.090
Materiais sobressalentes	100	-	-	83
Instalações	32	11	(6)	37
Móveis e utensílios	4	-	-	3
Equipamentos de informática	499	130	(8)	541
Máquinas e equipamentos	10.266	(26)	(236)	10.026
Terrano - Direito de uso	10	-	(52)	(42)
Veículo - Direito de uso	13.101	149	(605)	12.745
Total dos bens em operação	13.101	149	(605)	12.745
Total do imobilizado	381.012	149	(19.933)	361.228

2.3.2 Intangível

Atribuição	Consolidado			Valor líquido em 2022
	Valor líquido em 2021	Ingressos/Baixas	Depreciação/Baixas	
Intangível em operação	16.758	11.305	(16.758)	11.305
Gastos desenvolvimento	16.691	11.305	(16.691)	11.305
Software	67	-	(67)	-
Total do intangível em operação	16.758	11.305	(16.758)	11.305

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no exercício e em exercícios anteriores, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

2.3.2.1 Movimentações em 2022 e 2023

Atribuição	Consolidado			
	Valor líquido em 2021	Amortização em 2021	Valor líquido em 2022	Amortização em 2022
Intangível em operação	12.642	(3)	11.973	(668)
Gastos desenvolvimento	12.642	(3)	11.973	(668)
Total do intangível em operação	12.642	(3)	11.973	(668)
Total do intangível	16.758	(669)	11.973	(668)

2.3.3 Investimentos

Atribuição	Ações		% Participação		Passivo (Circulante e Não Circulante)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Companhias	Ordinárias	Ordinárias	Integra-lizado	Capital Volante	2023	2022
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	71.398	71.398	100%	100%	132.945	132.781
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	62.973	62.973	100%	100%	129.862	130.571
Usina de Energia Eólica Caçara I SPE S.A.	64.979	64.979	100%	100%	147.610	147.527
Usina de Energia Eólica Caçara II SPE S.A.	44.909	44.909	100%	100%	100.066	99.040
Total	243.259	244.259	100%	100%	510.483	509.919

Atribuição	Receitas Líquidas		Resultado do exercício	
	2023	2022	2023	2022
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	16.582	16.096	(1.269)	(3.177)
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	17.231	16.148	1.121	(1.683)
Usina de Energia Eólica Caçara I SPE S.A.	20.127	17.584	1.499	(2.394)
Usina de Energia Eólica Caçara II SPE S.A.	13.769	13.833	2.400	(1.443)
Total	67.709	63.661	3.751	(5.811)

2.4 Patrimônio líquido. 2.4.1 Capital social: A Companhia é controlada por Vamcruz I Participações S.A. que tem como acionista a Envolver Participações S.A. e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras CHESF, que detém respectivamente 51% e 49% do seu capital. Conforme deliberado em AGE realizada em 07/06/2023, foi aprovado pela acionista integralização de capital no valor de R\$ 50.000 mediante a emissão de 50.000 ações ordinárias, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada, integralmente subscrita e integralizada. O capital social da Companhia em 31/12/2023 é de R\$ 253.123 (31/12/2022 - R\$ 253.073) subscrito e integralizado por Vamcruz I Participações S.A., representado por 253.123 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada, e tinha a seguinte distribuição em 31/12/2023:

Atribuição	Quantidade		% Valor	
	2023	2022	2023	2022
Total	253.123	253.123	100%	100%
Usina de Energia Eólica Junco I SPE S.A.	16.582	16.096	6,55%	6,36%
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.	17.231	16.148	6,77%	6,38%
Usina de Energia Eólica Caçara I SPE S.A.	20.127	17.584	7,91%	6,95%
Usina de Energia Eólica Caçara II SPE S.A.	13.769	13.833	5,40%	5,47%

2.4.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 20 da referida Lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá ficar na conta de reserva de retenção de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação. Os contratos de empréstimos assinados com o banco BNDES incluem uma cláusula de Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações, proibindo a distribuição de qualquer tipo de dividendo, excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, até o fim de vigência destes contratos (financiamento com o BNDES vigente até julho de 2023). A Companhia apresentou prejuízo em 31/12/2022 (R\$ 5.893). Em 31/12/2023 a Companhia apresentou lucro, conforme demonstrado abaixo:

Atribuição	2023	2022
Lucro Líquido apurado no exercício	3.649	(182)
Constituição da Reserva Legal - 5%	(182)	-
Destinação do Lucro	3.467	-
Impacto dos ajustes de exercícios anteriores	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	866	-
Lucros Retidos a Deliberar	2.601	-

3 Estimativas críticas e riscos: Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. 3.1 Estimativas críticas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **Depreciação e amortização do imobilizado e intangível:** A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em consideração as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e, como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível. **Determinação de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização:** As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O prazo e o método de reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso

Atribuição	Controladora			Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de cinco anos	
31/12/2023	6	-	-	6
Fornecedores 31/12/2022	12	-	-	12

Atribuição	Consolidado			Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de cinco anos	
31/12/2023	17.858	17.275	51.825	148.858
Empréstimos e financiamentos	5.025	-	-	5.025
Fornecedores	285	-	-	285
Partes Relacionadas - Contas a pagar	31	60	120	12.979
Passivo de arrendamentos	44.926	32.162	-	77.088
Penalidades contratuais 31/12/2022	17.400	16.753	50.260	161.198
Empréstimos e financiamentos	4.862	-	-	4.862
Fornecedores	293	-	-	293
Partes Relacionadas - Contas a pagar	25	60	120	10.618
Passivo de arrendamentos	51.110	21.918	-	73.028
Penalidades contratuais				

4 Itens não reconhecidos: Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento. 4.1 Perdas possíveis não reconhecidas no Balanço: A fiscalização do Município de Serra do Mel/RN lavrou auto de infração por suposto não recolhimento de ISSQN relacionado a serviços que estariam incluídos no contrato de fornecimento e instalação de turbinas. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia contra esta intimação. Em 31/12/2023 os consultores jurídicos externos avaliam como risco de perda possível esta causa no montante de R\$ 5.626 para Junco I, R\$ 5.538 para Junco II, R\$ 5.414 para Caçara I e R\$ 3.979 para Caçara II, em 31/12/2022 esse montante foi de R\$ 5.375 para Junco I, R\$ 5.290 para Junco II, R\$ 5.204 para Caçara I e R\$ 3.801 para Caçara II.

Atribuição	Controladora		Total
	2023	2022	
5.1.1 Saldos em 31/12/2023 e 2022	266	-	266
Usina de Energia Eólica Junco II	356	-	356
Usina de Energia Eólica Caçara I	570	-	570
Usina de Energia Eólica Caçara II	-	-	-
Vamcruz I Participações S.A.	1.192	-	1.192
Total	343	-	343

Atribuição	Consolidado			Total
	Ativo - Contas a receber	Contas a pagar	Passivo - Contas a pagar	
2023	151	-	(72)	119
2022	151	866	(285)	119

Atribuição	Consolidado		
	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)
2023	(4.343)	-	-
2022	(705)	653	(1.354)
Total	(5.048)	653	(1.354)

Atribuição	Consolidado		
	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)
2023	(4.343)	-	-
2022	(705)	653	(1.354)
Total	(5.048)	653	(1.354)

Atribuição	Consolidado		
	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)
2022	(4.12)	584	(641)
2023	(4.657)	594	(641)

Voltaia Energia do Brasil Ltda
Voltaia Serviços do Brasil Ltda
Voltaia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

5.2 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

Atribuição	Vigência/Seguradora		Valor em Risco
	31/12/2023	13/12/2024 - SWISS RE	
Todas Controladas	RISCO OPERACIONAIS	663.942	
Todas Controladas	RESPONSABILIDADE CIVIL	30.000	

6 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado ao longo da sua vida útil (principalmente, no arrendamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada de cada ativo. 6.3 Ativos intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base no método linear de acordo com a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.2 Ativos intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido e amortizado com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.3 Baixa de ativos intangíveis: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por perda ou emissor entrará em processo de falência ou de desaparecimento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

6.3 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado ao longo da sua vida útil (principalmente, no arrendamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada de cada ativo. 6.3 Ativos intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base no método linear de acordo com a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.2 Ativos intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido e amortizado com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.3 Baixa de ativos intangíveis: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por perda ou emissor entrará em processo de falência ou de desaparecimento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

6.3 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado ao longo da sua vida útil (principalmente, no arrendamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada de cada ativo. 6.3 Ativos intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base no método linear de acordo com a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.2 Ativos intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido e amortizado com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.3 Baixa de ativos intangíveis: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por perda ou emissor entrará em processo de falência ou de desaparecimento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

6.3 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado ao longo da sua vida útil (principalmente, no arrendamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada de cada ativo. 6.3 Ativos intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base no método linear de acordo com a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.2 Ativos intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido e amortizado com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.3 Baixa de ativos intangíveis: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por perda ou emissor entrará em processo de falência ou de desaparecimento de um mercado ativo para o título. 6.4.2 Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamcruz Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

6.3 Principais práticas contábeis adotadas. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 6.2 Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado ao longo da sua vida útil (principalmente, no arrendamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil estimada de cada ativo. 6.3 Ativos intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base no método linear de acordo com a vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os softwares são registrados ao custo líquido de aquisição e amortizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A partir do 01/07/2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos. 6.3.2 Ativos intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B031-43EA-1CB1-8EA1> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B031-43EA-1CB1-8EA1



Hash do Documento

C95B9838AF3B0587028450EB1BB3A615A08544CDEB59EDE198C1637C7CDFFC52

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/03/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 01/03/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

